

Pensamento crítico, Humanidades, Inteligência Artificial e esfera pública digital na América Latina: autoria, autoridade e sentidos em disputa

Critical thinking, Humanities, Artificial Intelligence, and the digital public sphere in Latin America: authorship, authority, and meanings in dispute

Márcio Silveira Nascimento

Doutorando em Ensino Tecnológico pelo
Instituto Federal do Amazonas, Brasil
Professor da Educação Básica no Estado do
Amazonas, Brasil
marciosn.geo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8963-3140>
<http://lattes.cnpq.br/8031168879901616>

Resumo: A incorporação da Inteligência Artificial (IA) no ensino de Humanidades tem reconfigurado práticas pedagógicas, regimes de autoria e a circulação do conhecimento na esfera pública digital. Este artigo analisa criticamente como a mediação algorítmica incide sobre a formação do pensamento crítico no campo das Humanidades, tensionando disputas de autoria, autoridade e produção de sentidos na esfera pública digital. Metodologicamente, adota-se uma abordagem teórico-analítica de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise conceitual crítica, ancorada na História das Ideias e nas Humanidades Digitais críticas. O estudo dialoga com FREIRE (2019), BOURDIEU (2008; 2004), FOUCAULT (2014), FLORIDI (2025), NOBLE (2021) e ZUBOFF (2021), a partir de uma leitura situada no contexto latino-americano. Argumenta-se que a IA atua como dispositivo sociotécnico que produz discursos e hierarquiza visibilidades, exigindo uma pedagogia da problematização algorítmica.

Palavras-chave: Humanidades digitais; Plataformização do conhecimento; Mediação algorítmica; Ética da informação; Práticas pedagógicas.

Abstract: The incorporation of Artificial Intelligence (AI) in Humanities education has reconfigured pedagogical practices, authorship regimes, and the circulation of knowledge in the digital public sphere. This article critically analyzes how algorithmic mediation impacts the formation of critical thinking in the field of Humanities, creating tension in disputes over authorship, authority, and the production of meaning in the digital public sphere. Methodologically, a qualitative theoretical-analytical approach is adopted, based on bibliographic research and critical conceptual analysis, anchored in the History of Ideas and critical Digital Humanities. The study engages with FREIRE (2019), BOURDIEU (2008; 2004), FOUCAULT (2014), FLORIDI (2025), NOBLE (2021), and ZUBOFF (2021), from a perspective situated within the Latin American context. It is argued that AI acts as a socio-technical device that produces

discourses and hierarchizes visibilities, requiring a pedagogy of algorithmic problematization.

Keywords: Digital humanities; Platformization of knowledge; Algorithmic mediation; Information ethics; Pedagogical practices.

Introdução

A intensificação do uso da IA em contextos educacionais insere-se em um processo mais amplo de plataformação da vida social, no qual a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento passam a ser mediadas por infraestruturas digitais opacas, orientadas por lógicas algorítmicas e interesses econômicos (ZUBOFF, 2021). No ensino de Humanidades, essa inflexão tecnológica não se reduz à incorporação de novas ferramentas pedagógicas, mas implica uma reconfiguração profunda dos fundamentos epistemológicos que historicamente sustentaram a formação do pensamento crítico.

Nesse sentido, as Humanidades constituíram-se, ao longo da modernidade, como um espaço privilegiado de reflexão sobre a produção de sentidos, a interpretação dos discursos e a crítica das formas de poder simbólico que estruturam a esfera pública (BOURDIEU, 2004). Todavia, a emergência de sistemas algorítmicos capazes de produzir textos, imagens e recomendações introduz novos regimes de mediação que deslocam categorias centrais desse campo, como autoria, autoridade intelectual e evidência, afetando diretamente as práticas de ensino e aprendizagem e tensionando seus pressupostos formativos.

Esses deslocamentos tornam-se ainda mais complexos quando situados no contexto latino-americano, no qual as transformações tecnológicas se articulam a desigualdades históricas, à colonialidade do saber e à dependência estrutural de plataformas digitais produzidas majoritariamente no Norte Global (QUIJANO, 2005; NOBLE, 2021). Nesse cenário, a mediação algorítmica assume um papel decisivo na organização da esfera pública digital, condicionando a circulação dos discursos e a produção de sentidos. Diante disso, este artigo propõe analisar criticamente como tais mediações incidem sobre a formação do pensamento crítico no campo das Humanidades, tensionando disputas de autoria, autoridade e produção de sentidos na esfera pública digital.

Para enfrentar essa problemática, o estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e análise conceitual, procedimentos amplamente consolidados no campo das Ciências Humanas e Sociais (CHIZZOTTI, 2014; GIL, 2019). O percurso metodológico fundamenta-se na leitura sistemática, crítica e interpretativa de obras clássicas e contemporâneas, com o objetivo de examinar categorias teóricas e seus deslocamentos históricos, conforme orienta a pesquisa teórica em Humanidades (YIN, 2016).

Nessa perspectiva, a análise privilegia a articulação e a problematização conceitual, sem recorrer a dados empíricos, aproximando-se do que Demo (2000) define como investigação teórica voltada à construção e ao refinamento analítico de conceitos. Trata-se, portanto, de um estudo interpretativo, cuja validade decorre da coerência argumentativa, da consistência teórica e da explicitação do percurso analítico adotado. Essa opção metodológica busca evitar generalizações universalizantes e reforça o compromisso do trabalho com uma análise contextualizada e historicamente informada.

Como contribuição teórica ao debate sobre Humanidades, educação e mediações algorítmicas, este artigo propõe a noção de pedagogia da problematização algorítmica. Tal perspectiva formativa parte do entendimento de que os algoritmos não constituem instrumentos neutros, mas dispositivos sociotécnicos que influenciam a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento na esfera pública digital.

Nessa direção, defende-se a necessidade de práticas educativas voltadas à compreensão crítica das mediações algorítmicas e de seus efeitos sobre a autoria, a autoridade intelectual e os processos de construção de sentidos, especialmente em contextos marcados pela plataformização da vida social.

A partir dessa proposição, a discussão que se segue parte do exame das bases históricas e intelectuais que sustentam a noção de criticidade nas Humanidades para, em seguida, analisar os deslocamentos produzidos pela IA sobre autoria, autoridade e produção de sentidos na esfera pública digital, com especial atenção às condições sociais, políticas e epistemológicas que caracterizam o contexto latino-americano.

Humanidades, pensamento crítico e tradição intelectual

A formação do pensamento crítico nas Humanidades está historicamente associada à capacidade de leitura, interpretação e problematização das estruturas simbólicas que organizam a vida social. Trata-se de um processo formativo que não se limita à aquisição de conteúdos, mas envolve a compreensão do conhecimento como prática histórica, política e ética. Nessa perspectiva, Freire (2019) sustenta que educar criticamente significa possibilitar aos sujeitos a leitura do mundo, entendida como condição para a ação consciente e transformadora sobre a realidade.

Essa compreensão do pensamento crítico como prática situada e comprometida com a transformação social encontra ressonância no pensamento crítico latino-americano, constituído como uma tradição intelectual atenta às contradições históricas da região. Para Castro (2019), o conhecimento produzido na América Latina sempre esteve implicado em disputas políticas e epistemológicas, o que exige abordagens capazes de considerar as condições sociais, culturais e históricas que atravessam os processos formativos. Assim, a criticidade nas Humanidades não pode ser dissociada de uma leitura contextualizada das mediações que estruturam a produção e a circulação dos saberes.

Ao aprofundar essa dimensão situada do conhecimento, a análise de Bourdieu (2008) contribui para compreender como o campo intelectual é atravessado por relações de poder que definem quais discursos adquirem legitimidade e quais permanecem marginalizados. Desse modo, a educação em Humanidades sempre esteve implicada na disputa por autoridade simbólica e na constituição de disposições críticas capazes de questionar as formas dominantes de produção do conhecimento. A criticidade, nesse sentido, não se apresenta como atributo neutro, mas como construção social atravessada por relações de força.

Essas disputas históricas no interior do campo intelectual são intensificadas no contexto contemporâneo pela emergência das Humanidades Digitais, que introduzem novas mediações técnicas nos processos de produção, circulação e legitimação do conhecimento. Conforme analisa Berry (2012), as Humanidades Digitais não apenas incorporam métodos computacionais, mas transformam os próprios modos de pensar e produzir conhecimento humanístico. Tal transformação impõe desafios epistemológicos e pedagógicos, sobretudo

diante da crescente incorporação de sistemas algorítmicos no ensino, exigindo uma revisão crítica das práticas formativas tradicionais.

Esses desafios tornam-se ainda mais evidentes quando se considera o papel dos algoritmos na organização da informação e na formação das percepções sociais. Baker e Hawn (2022) argumentam que a curadoria algorítmica de conteúdos influencia diretamente a percepção de mundo dos jovens, ao submetê-los a filtros personalizados que podem restringir a diversidade de perspectivas e reforçar vieses cognitivos. Nesse cenário, intensifica-se a necessidade de que a escola atue como espaço privilegiado de formação crítica, preparando os estudantes para interagir de maneira reflexiva, ética e consciente com as tecnologias digitais.

Essa exigência formativa é reforçada pelas análises de Santaella (2021), ao alertar para a urgência de uma reflexão crítica sobre as linguagens da cibercultura. A autora destaca que a compreensão dos ambientes digitais demanda mais do que habilidades técnicas, requerendo leitura crítica, sensibilidade semiótica e capacidade de interpretação dos processos comunicacionais contemporâneos. Tal reflexão reafirma o papel das Humanidades como campo estratégico para a compreensão dos impactos simbólicos e culturais das tecnologias.

Resultados empíricos recentes corroboram essa perspectiva crítica. Nascimento e Santos (2025) evidenciam que a educação precisa preparar os estudantes não apenas para consumir tecnologias, mas para compreendê-las criticamente e interagir com elas de forma responsável e ética. Essa constatação reforça a centralidade das Humanidades no enfrentamento dos desafios impostos pela mediação algorítmica nos processos formativos.

Por fim, como destaca Sousa (2024), o ensino das Humanidades desempenha papel fundamental na formação do cidadão e na consolidação da democracia, ao promover o desenvolvimento do raciocínio crítico, da argumentação consistente, da empatia e da capacidade de julgamento ético. Essas dimensões não apenas qualificam a participação social, mas conferem sentido à experiência humana em contextos marcados por intensas transformações tecnológicas e disputas simbólicas.

Diante desse conjunto de reflexões, torna-se evidente que as transformações contemporâneas no campo das Humanidades não se limitam a alterações metodológicas ou pedagógicas, mas incidem diretamente sobre os regimes de autoria e autoridade intelectual que historicamente estruturaram a produção e a legitimação do conhecimento. A mediação

tecnológica, intensificada pela IA, reconfigura as condições sob as quais os textos são produzidos, interpretados e validados, deslocando a centralidade do autor e tensionando os critérios tradicionais de reconhecimento intelectual. É a partir dessa problemática que a seção seguinte examina de que modo a IA intervém nas noções de autoria e autoridade no ensino de Humanidades, bem como seus efeitos formativos e epistemológicos.

Inteligência Artificial, autoria e autoridade no ensino de Humanidades

A emergência da IA generativa impõe um desafio direto ao conceito moderno de autoria, categoria central para as Humanidades desde o Iluminismo. Tradicionalmente associada à ideia de sujeito, intenção e responsabilidade intelectual, a autoria constituiu um dos pilares da produção e da legitimação do conhecimento humanístico. No entanto, como já indicava Foucault (2014), a função autor não deve ser compreendida como expressão de uma essência individual, mas como um dispositivo histórico de controle, classificação e ordenação dos discursos. A incorporação de sistemas de IA intensifica essa dimensão funcional da autoria, na medida em que textos passam a ser produzidos por sistemas treinados a partir de grandes volumes de dados, sem intencionalidade consciente ou inscrição direta em uma experiência histórica singular.

Esse deslocamento da autoria não se restringe à esfera da produção textual, mas insere-se em transformações mais amplas do ambiente informacional contemporâneo. A partir da noção de infosfera, Floridi (2025) argumenta que vivemos em um contexto no qual humanos e agentes artificiais coproduzem significados, redefinindo as fronteiras entre ação humana, mediação técnica e responsabilidade ética. No ensino de Humanidades, essa coprodução tensiona práticas formativas historicamente baseadas na interpretação, na argumentação e na autoria reflexiva, podendo fragilizar a formação crítica quando não acompanhada de uma problematização sistemática dos limites, vieses e opacidades dos sistemas algorítmicos.

Se a autoria sofre deslocamentos relevantes, a noção de autoridade intelectual é igualmente afetada por essas transformações. Conforme demonstra Bourdieu (2008), a

autoridade do discurso não decorre apenas de seu conteúdo, mas de relações de poder inscritas no campo intelectual, sendo reconhecida socialmente por meio de mecanismos de legitimação simbólica e institucional. Com a expansão da IA e das plataformas digitais, tais mecanismos passam a ser atravessados por critérios algorítmicos de visibilidade, relevância e circulação, que operam segundo lógicas distintas daquelas historicamente consolidadas no campo acadêmico. No ensino de Humanidades, esse deslocamento implica o risco de substituição de critérios epistemológicos por métricas de eficiência, popularidade ou engajamento.

Essas reconfigurações da autoridade não permanecem restritas ao plano teórico, manifestando-se de forma concreta nas práticas pedagógicas contemporâneas. Estudos recentes indicam que o fascínio exercido pelos textos produzidos por IA sobre os estudantes revela não apenas a potência técnica desses sistemas, mas também o despreparo institucional para lidar com seus impactos pedagógicos e éticos. Figueira (2024), ao analisar experiências de educação dialógica, evidencia que a adesão acrítica aos textos gerados por IA expõe lacunas na formação docente e na construção de critérios pedagógicos capazes de orientar o uso reflexivo dessas tecnologias no ensino.

Esse cenário convida a uma problematização mais ampla sobre a posição das Humanidades no interior do sistema educacional contemporâneo. Brandão (2025) argumenta que a insistência em denominar as Humanidades como “ciências humanas” expressa uma tendência tecnocrática de submeter todo conhecimento aos cânones do método científico, desconsiderando formas legítimas de saber que operam segundo uma lógica qualitativa, interpretativa e simbólica. A adoção acrítica da IA no ensino tende a reforçar essa racionalidade instrumental, ao privilegiar procedimentos automatizados em detrimento da reflexão hermenêutica, do julgamento crítico e da argumentação.

Os desafios decorrentes desse quadro não se limitam a uma disputa conceitual, mas assumem implicações éticas e pedagógicas profundas. Levinson (2001) destaca que o enfrentamento de questões éticas e controversas no ensino exige critérios pedagógicos orientados ao debate, à problematização e à construção argumentativa, em oposição a respostas padronizadas ou tecnicamente eficientes. No caso da IA, isso significa reconhecer que os dilemas envolvendo autoria, autoridade e responsabilidade intelectual não podem ser resolvidos

exclusivamente por protocolos técnicos, demandando mediações pedagógicas e epistemológicas consistentes.

A centralidade dessas mediações pedagógicas recoloca em evidência o papel do professor de Humanidades como intelectual público em contextos marcados pela crescente presença da IA. Para Freire (2019), a docência constitui uma prática política e ética comprometida com a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e atuar sobre ela. Em perspectiva convergente, Giroux (1997) argumenta que os professores devem ser compreendidos como intelectuais transformadores, responsáveis por problematizar as relações de poder que atravessam a produção do conhecimento e a vida democrática.

Essa compreensão dialoga com a análise de Bourdieu (2008), segundo a qual a autoridade intelectual não decorre apenas da posse de conhecimentos especializados, mas da capacidade de intervir criticamente nos campos de disputa simbólica. Em ambientes cada vez mais mediados por algoritmos e plataformas digitais, os professores de Humanidades assumem, portanto, a tarefa de mediar criticamente os discursos que circulam na esfera pública digital, contribuindo para que os estudantes compreendam as condições sociais, políticas e tecnológicas que moldam a produção dos saberes contemporâneos.

A relevância dessa mediação torna-se ainda mais evidente quando se observa que os sistemas algorítmicos não operam de forma neutra nem produzem efeitos homogêneos sobre os diferentes grupos sociais. Como demonstra Noble (2021), os algoritmos reproduzem e amplificam desigualdades raciais, de gênero e geopolíticas, evidenciando que a chamada autoridade algorítmica é atravessada por relações de poder e por processos históricos de exclusão.

No ensino de Humanidades, especialmente na América Latina, a adoção acrítica da IA pode reforçar epistemologias dominantes, invisibilizar saberes situados e intensificar assimetrias históricas na produção e legitimação do conhecimento. Nesse cenário, a atuação do professor como intelectual crítico torna-se ainda mais necessária, na medida em que possibilita problematizar os regimes de visibilidade e autoridade que estruturam a circulação dos discursos na esfera pública digital.

Nesse quadro, a presença da IA no ensino de Humanidades evidencia uma reconfiguração estrutural dos modos de produção e validação do saber, na qual autoria e autoridade deixam de

ser exclusivamente ancoradas em sujeitos e instituições acadêmicas, passando a ser mediadas por infraestruturas técnicas e lógicas algorítmicas. Tal deslocamento não implica o esvaziamento das Humanidades, mas impõe o desafio de compreender como novos regimes de legitimação do conhecimento emergem da interação entre sujeitos, tecnologias e plataformas digitais.

Ao deslocar a autoria e a autoridade para circuitos cada vez mais mediados por algoritmos e plataformas, a IA ultrapassa o espaço escolar e incide diretamente sobre a circulação dos discursos e a constituição da esfera pública contemporânea. Desse modo, a formação do pensamento crítico não pode mais ser compreendida apenas a partir dos limites institucionais do ensino formal, passando a depender das dinâmicas de visibilidade, mediação e disputa de sentidos que operam nos ambientes digitais. É a partir dessa ampliação do problema que a próxima seção examina os efeitos da IA sobre a formação do pensamento crítico na esfera pública digital.

Formação do pensamento crítico na esfera pública digital

A esfera pública contemporânea encontra-se profundamente reconfigurada pela mediação de plataformas digitais que operam segundo lógicas de visibilidade, engajamento e monetização. Conforme analisam Van Dijck, Poell e De Waal (2018), tais plataformas não apenas hospedam interações sociais, mas organizam ativamente os fluxos de informação por meio de algoritmos de recomendação que hierarquizam discursos, moldam práticas de consumo informacional e influenciam a formação de opiniões. Nesse cenário, a circulação do conhecimento humanístico passa a depender menos de instâncias editoriais e acadêmicas tradicionais e mais de infraestruturas técnicas orientadas por métricas de atenção e rentabilidade.

Essa reconfiguração da esfera pública é aprofundada pelo regime descrito por Zuboff (2021) como capitalismo de vigilância, no qual a produção e a circulação do conhecimento tornam-se subordinadas à extração sistemática de dados e à antecipação comportamental. As plataformas digitais deixam de ser meros intermediários para assumir um papel ativo na modulação das experiências informacionais, interferindo nos processos de formação subjetiva e

cognitiva. Para o campo das Humanidades, esse deslocamento impõe o risco de uma formação voltada à adaptação funcional aos ambientes digitais, em detrimento da crítica de suas estruturas técnicas, políticas e econômicas.

A automatização crescente das decisões que estruturam a esfera pública intensifica esse quadro. Pasquale (2017) observa que empresas como *Google* e *Facebook* passaram a assumir funções anteriormente desempenhadas por editores, jornalistas e gestores culturais, exercendo um poder inédito sobre a seleção, a visibilidade e a circulação dos discursos. Diferentemente das mediações humanas tradicionais, essas decisões algorítmicas operam de forma opaca e em escala massiva, produzindo efeitos profundos sobre o debate público e evidenciando limites democráticos dessa nova paisagem midiática.

Nesse contexto, a formação do pensamento crítico não pode ser compreendida apenas como competência individual ou habilidade cognitiva isolada, mas como processo social diretamente condicionado pelas dinâmicas de mediação e visibilidade que estruturam a esfera pública digital. A cultura digital, enquanto expressão da vida social contemporânea, produz transformações não apenas nos modos de acesso e circulação da cultura, mas no próprio conceito de cultura e na atitude dos sujeitos diante dela. Como destaca Gomes (2015), essas transformações possuem implicações políticas decisivas para a formação, ao redefinirem critérios de legitimidade, autoridade e participação no espaço público.

Diante disso, a formação do pensamento crítico em contextos mediados por IA exige uma pedagogia que tome os próprios algoritmos como objeto de problematização, deslocando o foco do uso instrumental das tecnologias para a compreensão de seus efeitos sociotécnicos. Conforme argumenta Buckingham (2019), uma educação crítica para os meios digitais deve capacitar os sujeitos a compreender como o poder opera por meio das tecnologias, em vez de limitar-se ao desenvolvimento de competências técnicas de uso. Trata-se de formar leitores críticos da esfera pública digital, capazes de analisar regimes de visibilidade, interesses econômicos e lógicas algorítmicas que moldam a circulação dos discursos.

Entretanto, esses desafios não se distribuem de maneira homogênea. Como argumenta Fraser (2014), a esfera pública sempre foi atravessada por assimetrias de poder e exclusões estruturais, e no ambiente digital tais desigualdades tendem a ser reatualizadas e, em muitos casos, amplificadas por algoritmos que privilegiam determinados discursos e silenciam outros.

Nesse sentido, a formação do pensamento crítico na esfera pública digital não pode ser analisada de forma abstrata ou universalizante, pois seus efeitos dependem das condições históricas, sociais e geopolíticas em que as tecnologias são apropriadas.

É justamente a partir dessa constatação que se impõe o deslocamento da análise para contextos concretos de implementação da IA no ensino. As possibilidades e os limites da formação crítica variam conforme as desigualdades estruturais, as condições institucionais e as dependências tecnológicas que caracterizam diferentes regiões do mundo. Assim, compreender a formação do pensamento crítico na esfera pública digital exige examinar, de modo situado, como essas dinâmicas se manifestam em realidades específicas, como a latino-americana, tema da próxima seção dedicada ao ensino de Humanidades com IA na América Latina.

A discussão desenvolvida nesta seção permite avançar para uma proposição teórica que atravessa o conjunto das reflexões apresentadas. Denomina-se aqui de pedagogia da problematização algorítmica uma perspectiva formativa que compreende a IA não apenas como recurso tecnológico, mas como objeto de investigação crítica no processo educativo. Partindo da tradição da educação problematizadora (Freire, 2019), essa abordagem sustenta que a formação do pensamento crítico, em contextos marcados pela mediação algorítmica, requer a compreensão das condições sociais, políticas e técnicas que estruturam a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento.

Nessa perspectiva, a leitura crítica dos algoritmos constitui condição para a leitura crítica do mundo digital contemporâneo. Seus fundamentos podem ser sintetizados em cinco dimensões articuladas: a compreensão dos algoritmos como mediações culturais e políticas que organizam fluxos informacionais (Buckingham, 2019); a problematização das transformações da autoria e da autoridade intelectual em ambientes digitais (Foucault, 2014; Bourdieu, 2008); a defesa da transparência e da ética da informação diante da crescente opacidade dos sistemas automatizados (Floridi, 2025); a análise das relações de poder, visibilidade e exclusão que estruturam as plataformas digitais (Noble, 2021; Zuboff, 2021); e a valorização do professor de Humanidades como intelectual crítico capaz de mediar, contextualizar e problematizar os discursos que circulam na esfera pública digital (Freire, 2019).

Em termos pedagógicos, essa perspectiva implica deslocar o ensino das Humanidades de uma abordagem centrada exclusivamente na apropriação instrumental das tecnologias para

práticas orientadas pela investigação crítica dos sistemas algorítmicos. Isso envolve problematizar os critérios de recomendação, classificação e visibilidade que estruturam os ambientes digitais, bem como discutir os interesses econômicos, políticos e culturais inscritos nas plataformas.

Dessa forma, a pedagogia da problematização algorítmica busca transformar a IA em objeto de reflexão e debate, fortalecendo a autonomia intelectual dos estudantes e sua capacidade de intervenção na esfera pública digital.

Ensino de Humanidades com IA na América Latina: possibilidades e limites

Na América Latina, a incorporação da IA no ensino de Humanidades ocorre em um contexto profundamente marcado por desigualdades educacionais, tecnológicas e institucionais, que condicionam tanto as possibilidades quanto os limites de sua apropriação crítica. A dependência estrutural de plataformas estrangeiras, associada à fragilidade de políticas públicas voltadas à soberania digital, restringe a autonomia dos sistemas educacionais da região e aprofunda assimetrias históricas no acesso e no controle das tecnologias digitais (CASTELLS, 2013). Nesse cenário, tais recursos tendem a ser incorporados mais como soluções técnicas importadas do que como objetos de reflexão pedagógica e epistemológica.

Essas limitações articulam-se a desafios específicos de governança sociotécnica. Filgueira (2023) argumenta que a aplicação da IA na região exige uma perspectiva sensível a realidades sociais e políticas altamente desiguais, caracterizadas por heterogeneidades nas capacidades estatais, nas dinâmicas de mercado e nas infraestruturas tecnológicas. Embora frequentemente apresentada como ferramenta estratégica para enfrentar desafios relacionados ao desenvolvimento econômico, à saúde e à educação, sua implementação revela tensões entre inovação técnica e sustentabilidade social, demandando políticas públicas capazes de considerar as condições locais de desenvolvimento.

Essa discussão também pode ser observada nas iniciativas recentes de formulação de políticas e diretrizes voltadas à governança da IA. No caso brasileiro, a Estratégia Brasileira de

Inteligência Artificial (EBIA), instituída em 2021, reconhece a educação como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento tecnológico do país, enfatizando a necessidade de formação de competências digitais, inovação e uso ético das tecnologias (BRASIL, 2021). No âmbito latino-americano, importantes marcos normativos e orientadores vêm buscando estabelecer princípios para o desenvolvimento e o uso responsável da IA. Nesse sentido, a Recomendação sobre a Ética da IA da UNESCO (2021) e a Carta Ibero-Americana de Inteligência Artificial no Setor Público (CLAD, 2023) destacam princípios como transparência, responsabilidade, inclusão e proteção dos direitos humanos.

Embora representem avanços importantes, tais documentos também evidenciam um desafio recorrente: a distância existente entre a formulação de diretrizes normativas e as condições concretas de sua implementação nos sistemas educacionais latino-americanos.

Essa distância torna-se particularmente visível quando se consideram as desigualdades de infraestrutura tecnológica que caracterizam a região. Apesar da ampliação do acesso à internet nas últimas décadas, persistem assimetrias significativas relacionadas à conectividade, à disponibilidade de equipamentos, à formação docente e às condições institucionais para a integração crítica das tecnologias digitais nos processos educativos (CEPAL, 2022). Nesse contexto, a incorporação da IA corre o risco de aprofundar desigualdades já existentes, beneficiando grupos com maior acesso a recursos tecnológicos e ampliando processos de exclusão digital que afetam populações historicamente vulnerabilizadas.

Além disso, a maior parte das plataformas, modelos de linguagem e infraestruturas digitais utilizadas nas instituições educacionais latino-americanas é desenvolvida e controlada por grandes corporações sediadas no Norte Global. Tal dependência tecnológica produz implicações que ultrapassam questões econômicas, incidindo diretamente sobre a circulação do conhecimento, a governança dos dados e a definição dos parâmetros que orientam os sistemas algorítmicos. Como alertam Couldry e Mejias (2019), a expansão das plataformas digitais tem produzido novas formas de colonialismo de dados, nas quais a extração massiva de informações se converte em mecanismo de concentração de poder. Para o ensino de Humanidades, essa realidade reforça a necessidade de abordagens críticas capazes de problematizar não apenas os usos da IA, mas também as estruturas geopolíticas e econômicas que sustentam sua expansão.

As discussões apresentadas evidenciam que a incorporação da IA no ensino de Humanidades na América Latina é atravessada por tensões que envolvem questões tecnológicas, educacionais, políticas e epistemológicas. Mais do que identificar benefícios ou limitações isoladas, torna-se importante compreender as contradições que estruturam esse processo, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1: *Tensões estruturantes da IA no ensino de Humanidades na América Latina*

Eixo	Potencialidades	Tensões críticas
Governança	Estratégias e marcos regulatórios	Fragilidade institucional
Infraestrutura	Ampliação do acesso digital	Exclusão e desigualdades
Formação docente	Inovação pedagógica	Capacitação insuficiente
Conhecimento	Novas formas de produção e circulação	Colonialismo de dados
Autoria e autoridade	Produção colaborativa	Opacidade algorítmica
Esfera pública	Ampliação da participação	Desinformação e controle algorítmico
Humanidades	Novos objetos de reflexão	Tecnicização da formação
Cidadania crítica	Compreensão das tecnologias	Dependência das plataformas

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Como se observa, as potencialidades associadas à IA coexistem com desafios estruturais que marcam a realidade latino-americana. Assim, a apropriação crítica dessas tecnologias depende não apenas de avanços técnicos, mas também de políticas públicas, formação docente e estratégias capazes de enfrentar desigualdades históricas e ampliar a autonomia na produção do conhecimento.

Para além dessas limitações estruturais, a história recente da América Latina evidencia a importância da constituição de redes institucionais nos processos de consolidação das ciências sociais e da educação. Torres, Romão e Teodoro (2012) destacam que tais redes estão associadas à emergência da chamada sociedade do conhecimento e ao fortalecimento da reflexividade social, fenômenos que se expressam tanto na configuração de sociedades em rede quanto no

acesso ampliado à informação. No campo educacional, essas dinâmicas indicam que a incorporação de tecnologias digitais não pode ser dissociada das experiências institucionais concretas nem dos projetos políticos que orientam a produção do conhecimento.

Nesse contexto, a IA pode ser mobilizada não apenas como ferramenta pedagógica, mas como objeto de problematização crítica no ensino de Humanidades. Tal perspectiva aproxima-se da crítica de Illich (2018), ao defender que o enfrentamento das tecnologias não deve ocorrer por meio de sua rejeição, mas pela análise dos sistemas institucionais que regulam o conhecimento e controlam seu acesso. Ao tratar a IA como mediação sociotécnica, as Humanidades contribuem para que os estudantes compreendam como discursos são produzidos, filtrados e hierarquizados, fortalecendo práticas formativas orientadas pela autonomia intelectual e pela criticidade.

Estudos recentes indicam um interesse crescente na integração desses sistemas em diferentes dimensões do processo educacional latino-americano, incluindo aprendizagem personalizada e adaptativa, uso de assistentes virtuais, avaliação automatizada e análise de dados educacionais. Jaramillo e Olivera (2024) apontam que tais iniciativas têm apresentado impactos positivos no desempenho acadêmico, na motivação e no engajamento dos estudantes, bem como na eficiência da gestão educacional. Contudo, esses avanços coexistem com desafios estruturais persistentes, como exclusão digital, precariedade da infraestrutura tecnológica, formação insuficiente de professores e preocupações éticas relacionadas à privacidade e ao uso de dados.

Essas tensões tornam-se ainda mais evidentes no ensino superior. Arteaga (2023) argumenta que a IA generativa possui potencial transformador significativo para a educação superior latino-americana, especialmente no que se refere à personalização da aprendizagem. No entanto, esse potencial só pode ser efetivamente explorado mediante o enfrentamento das disparidades de acesso e conhecimento, o fortalecimento da infraestrutura tecnológica e a adoção de princípios éticos e pedagógicos sólidos. Para a autora, esse processo requer uma abordagem holística, sustentada por colaboração intersetorial e investimentos contínuos, evitando soluções fragmentadas ou estritamente tecnocráticas.

Portanto, à luz dessas reflexões, o ensino de Humanidades com IA na América Latina configura-se como um campo atravessado por tensões entre inovação pedagógica e limites

estruturais. A apropriação crítica dessas tecnologias exige marcos regulatórios, políticas públicas consistentes e projetos pedagógicos comprometidos com a formação crítica, capazes de articular tecnologia, ética e justiça social. Nesse sentido, as Humanidades assumem papel estratégico ao tensionar usos instrumentais da IA e ao reafirmar a centralidade da reflexão crítica na construção de respostas educacionais situadas e socialmente comprometidas.

Considerações finais

O presente artigo partiu do problema central de compreender como a mediação algorítmica incide sobre a formação do pensamento crítico no campo das Humanidades, tensionando disputas de autoria, autoridade e produção de sentidos na esfera pública digital. Inserido no contexto da plataformização da vida social, o estudo teve como objetivo analisar criticamente os deslocamentos epistemológicos, pedagógicos e políticos provocados pela incorporação da IA no ensino de Humanidades, com especial atenção às condições históricas e sociais da América Latina.

Ao longo da análise, evidenciou-se que a formação do pensamento crítico nas Humanidades não pode ser dissociada das transformações sociotécnicas que reconfiguram tanto os regimes de produção do conhecimento quanto os critérios de sua legitimação. A discussão teórica demonstrou que categorias historicamente centrais ao campo, como autoria e autoridade intelectual, são profundamente afetadas por sistemas algorítmicos que operam segundo lógicas de visibilidade, engajamento e monetização, deslocando o reconhecimento do saber para infraestruturas técnicas e plataformas digitais. Nesse sentido, os achados indicam que a IA atua como dispositivo sociotécnico que não apenas media, mas também produz discursos e hierarquiza sentidos na esfera pública digital.

Portanto, os objetivos propostos foram cumpridos na medida em que o artigo conseguiu articular, de forma consistente, a tradição crítica das Humanidades com aportes contemporâneos das Humanidades Digitais, da ética da informação e da crítica da plataformização. Ao mobilizar autores clássicos e contemporâneos, foi possível demonstrar que a formação crítica exige a problematização das mediações algorítmicas e de seus efeitos sobre a

produção, a circulação e a legitimação do conhecimento. Tal abordagem mostrou-se particularmente relevante no contexto latino-americano, marcado por desigualdades estruturais, dependência tecnológica e fragilidade de políticas públicas voltadas à soberania digital.

Em suma, o estudo reforça a contribuição das Humanidades para a compreensão crítica dos processos formativos em contextos mediados por IA, ao evidenciar que a educação não pode limitar-se à adaptação técnica às plataformas, mas deve assumir um papel ativo na disputa por sentidos, visibilidade e democracia na esfera pública digital. Ao tratar a IA como objeto de reflexão e não apenas como ferramenta pedagógica, o artigo amplia o debate sobre responsabilidade intelectual, autonomia interpretativa e formação cidadã em sociedades cada vez mais atravessadas por mediações algorítmicas.

Como síntese da argumentação desenvolvida, este estudo propõe a pedagogia da problematização algorítmica como contribuição teórica ao debate sobre Humanidades, educação e mediações digitais. Trata-se de uma perspectiva formativa orientada à compreensão crítica dos regimes sociotécnicos que organizam a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento na esfera pública digital.

Ao articular os debates sobre autoria, autoridade, pensamento crítico e mediação algorítmica, essa proposição busca oferecer uma chave interpretativa para o ensino de Humanidades em contextos marcados pela expansão da IA. Nessa perspectiva, o professor de Humanidades é compreendido não apenas como mediador pedagógico, mas como intelectual público comprometido com a problematização das relações de poder inscritas nas infraestruturas digitais e com a formação de sujeitos capazes de participar criticamente da vida democrática contemporânea.

Entretanto, é necessário reconhecer as limitações desta investigação. Trata-se de um estudo de natureza teórico-analítica, fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise conceitual, o que impede generalizações empíricas sobre práticas pedagógicas concretas. Além disso, a rápida evolução das tecnologias algorítmicas e das plataformas digitais impõe desafios à atualização contínua das análises, uma vez que os regimes de mediação, visibilidade e produção de conhecimento se transformam de maneira acelerada.

Diante dessas limitações, pesquisas futuras podem avançar na articulação entre reflexão teórica e investigações empíricas, explorando práticas educativas concretas no ensino de Humanidades com IA, especialmente em contextos latino-americanos. Estudos de caso, pesquisas com professores e estudantes, bem como análises de políticas públicas educacionais, podem contribuir para aprofundar a compreensão dos impactos da mediação algorítmica na formação crítica. Ademais, investigações comparativas entre diferentes contextos nacionais e regionais poderão ampliar o debate sobre soberania digital, justiça epistêmica e democratização do conhecimento.

Por fim, longe de encerrar o debate, este artigo busca contribuir para uma reflexão em curso, reconhecendo que o conhecimento é sempre provisório, situado e historicamente condicionado. Em um cenário marcado por transformações sociotécnicas profundas, a formação do pensamento crítico nas Humanidades permanece como um campo aberto de disputas teóricas, pedagógicas e políticas, exigindo investigação contínua e compromisso ético com a construção de uma esfera pública mais democrática, plural e socialmente justa.

Referências bibliográficas

- ARTEAGA, José Eduardo (2023). Perspectivas de los docentes sobre la IA generativa: implicaciones para el aprendizaje personalizado en América Latina. *Ethos Scientific Journal*, [S. l.], v. 1, n. 1, pp. 56-69. Disponível em: <<https://www.editorialsphaera.com/index.php/eth/article/view/22>>. Acesso em: 6 out. 2025.
- BAKER, Ryan S.; HAWN, Aaron (2022). Algorithmic bias in education. *International journal of artificial intelligence in education*, [S.l.], v. 32, n. 4, pp. 1052-1092. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s40593-021-00285-9>>. Acesso em: 1 out. 2025.
- BERRY, David Michael (2012). *Understanding digital humanities*. London: Palgrave Macmillan.
- BOURDIEU, Pierre (2008). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. Campinas: Papirus.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP.
- BRANDÃO, Bernardo Lins (2025). O ensino das humanidades na era da tecnocracia. *SCIAS - Educação, Comunicação e Tecnologia*, [S. l.], v. 7, n. 2, pp. 77-87. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/sciasedcomtec/article/view/10568>>. Acesso em: 5 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. (2021). *Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA)*. Brasília: MCTI. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-documento_referencial_4-979_2021.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

- BUCKINGHAM, David (2019). *The media education manifesto*. Cambridge: Polity Press.
- CASTELLS, Manuel (2013). *A sociedade em rede*. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTRO, Edna (2019). *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Annablume.
- CEPAL. (2022). *Un camino digital para el desarrollo sostenible de América Latina y el Caribe*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- CHIZZOTTI, Antonio (2014). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes.
- CLAD. (2023). *Carta Iberoamericana de Inteligencia Artificial en el Sector Público*. Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. (2019). *The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism*. Stanford: Stanford University Press.
- DEMO, Pedro (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- FILGUEIRA, Fernando (2023). Desafios da Governança da Inteligência Artificial na América Latina: Infraestrutura, Descolonização e Nova Dependência. *CLAD Journal of Reform and Democracy*, Caracas, nº 87, pp. 44-70, 2023. Disponível em: <<https://revista.clad.org/ryd/article/view/desafios-governanza-inteligencia-artificial-Am-erica-Latina>>. Acesso em: 5 out. 2025.
- FIGUEIRA, Monique (2024). O ensino e a aprendizagem não cabem em algoritmos: relato docente sobre o fetiche da inteligência artificial. *Comunicação & Educação*, [S.l.], v. 29, n. 1, pp. 111-126. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/223396>>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- FLORIDI, Luciano (2025). *A ética da inteligência artificial: princípios, desafios e oportunidades*. Curitiba: PUCPRESS.
- FOUCAULT, Michel (2014). O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 1-44.
- FRASER, Nancy (2014). *Transnationalizing the public sphere*. Cambridge: Polity Press.
- FREIRE, Paulo (2019). *Pedagogia da autonomia*. 74ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- GIL, Antonio Carlos (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- GIROUX, Henry Armand. (1997). *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GOMES, Luiz Roberto (2015). Cultura Digital, Esfera Pública e Educação. *Ixtli: Revista Latinoamericana de Filosofía de la Educación*, [S.l.], v. 2, n. 3, pp. 129-145. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6195257>>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ILLICH, Ivan (2018). *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes.
- JARAMILLO, Johnatan Danilo Flores; OLIVERA, Norman Rodrigo Nuñez (2024). Aplicación de Inteligencia Artificial en la Educación de América Latina: Tendencias, Beneficios y Desafíos. *Revista Veritas de Difusão Científica*, [S. l.], v. 5, n. 1, pp. 01-22. Disponível em: <<https://revistaveritas.org/index.php/veritas/article/view/52>>. Acesso em: 6 dez. 2025.
- LEVINSON, Ralph (2001). As Ciências ou as Humanidades: Quem deve ensinar as controvérsias em Ciência?. *Pro-Posições*, Campinas, v. 12, n. 1, pp. 62-72. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644011>>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- NASCIMENTO, Márcio Silveira; SANTOS, Éber José dos (2025). Cidadania Digital e Inteligência Artificial: estratégias pedagógicas para o desenvolvimento do pensamento crítico. *Revista*

- de *Estudos de Cultura*, São Cristóvão, v. 11, n. 27, pp. 163-179. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/22710>>. Acesso em: 5 out. 2025.
- NOBLE, Safiya Umoja (2021). *Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo*. Santo André: Rua do Sabão.
- PASQUALE, Frank (2017). A esfera pública automatizada. *Líbero*, [S.l.], n. 39, pp. 16-35. Disponível em: <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/866>>. Acesso em: 2 out. 2025.
- QUIJANO, Aníbal (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- SANTAELLA, Lucia (2021). *Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet*. Paulus Editora.
- SOUSA, João Paulo Domingos de (2024). A importância das humanidades na formação do cidadão. *Alamedas*, [S. l.], v. 12, n. 3, pp. 226-239. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/33204>>. Acesso em: 5 out. 2025.
- TORRES, Carlos Alberto; ROMÃO, José Eustáquio; TEODORO, António (2012). Redes institucionais na América Latina: construindo as ciências sociais contemporâneas e a educação. *Revista Lusófona de Educação*, n. 21, pp. 13-32. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/3079>>. Acesso em: 22 out. 2025.
- UNESCO. (2021). *Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn (2018). *The platform society*. Oxford: Oxford University Press.
- YIN, Robert Kuo-zuir (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.
- ZUBOFF, Shoshana (2021). *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa

O autor do artigo acima identificado declara que ao longo da elaboração deste manuscrito foram utilizadas as seguintes ferramentas de inteligência artificial: ChatGPT (OpenAI, GPT-5.5), com a finalidade de: revisão de linguagem — aprimoramento do estilo textual e da clareza; tradução — processo de conversão do artigo, total ou parcial, para outro idioma; apoio à revisão textual, à organização da redação acadêmica e à discussão de alternativas de estrutura argumentativa, sem geração de dados, resultados, análises, interpretações ou conclusões científicas. Após o uso das ferramentas, o autor revisou e editou criticamente todo o conteúdo, assumindo total e integral responsabilidade pelo manuscrito publicado, inclusive por eventuais imprecisões ou incorreções.